

ARTIGO

2000: ano da Virada?,
por Antônio Corrêa
de Lacerda

ARTIGO

Flexibilização dos
direitos sociais do
trabalho: no máximo,
uma profissão de fé,
por Cláudio
Salvadori Dedecca

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Orçamento 2000,
Gastos com Poder
Legislativo
controlados,
Comparação entre as
Contas Públicas
Brasileiras e Cariocas

COFECON

Conselho Federal
de Economia elege
novos dirigentes

LANÇAMENTO:
CORECON-RJ LANÇA
CD-ROM DOS
CONGRESSOS
PÁG. 6

Economia e sociedade brasileiras, ontem e hoje

Juvenal Osório Gomes e Cláudio Salm são os entrevistados do mês. O primeiro recorda sua longa trajetória como um dos pensadores e executores do projeto que garantiu altas taxas de crescimento para o Brasil entre 1950 e 1980, fazendo comparações com a realidade atual. O segundo trata de um tema que deverá ser muito debatido nos próximos meses: a proposta de "flexibilização" das leis trabalhistas, que o governo promete enviar neste semestre ao Congresso.

páginas 8 a 13



JORNAL DOS ECONOMISTAS

ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ,
IERJ E SINDECON-RJ

Diretor Responsável: Luiz Antonio Rodrigues Elias • **Conselho Editorial:** Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira • **Edição:** Conselho Regional de Economia-RJ • **Jornalista Responsável:** Beatriz Bomfim (MT 11916) • **Editoração Eletrônica:** Kátia Regina Fonseca – Telefax (21) 508-7367 • **Fotolito e Impressão:** Tipológica – Tel (21) 509-3366 • **Tiragem:** 20.000 exemplares • **Periodicidade:** mensal • As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON – CONSELHO REGIONAL
DE ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20054-900 – Tel: (21) 232-8178 – Fax: (21) 509-8121 – E-mail: coreconrj@ax.apc.org – Home page: <http://www.economistas.com.br> • **Presidente:** Eduardo Mendes Callado • **Vice-Presidente:** Reinaldo Gonçalves • **Conselheiros Efetivos:** Ronaldo Raemy Rangel, Eduardo Callado, João Paulo de Almeida Magalhães, Maria José Cyhlar Monteiro, Reinaldo Gonçalves, Carlos Francisco T.M.R. Lessa, Sidney Pascounto da Rocha, José Clemente de Oliveira, João Manoel Gonçalves Barbosa • **Conselheiros Suplentes:** Nelson Chalfun Homsy, Mauro Osório da Silva, Paulo Sérgio Souto, Sandra Maria Carvalho de Souza, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, José Antônio Lutterbach Soares, Luiz Mário Behnken, Enilce Leite Mello

SINDECON – SINDICATO DOS ECONOMISTAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rua Treze de Maio, 23 – Grupo 1607 / 1608 / 1609 – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20031-000 – Tel: (21) 262-2535 – Fax: (21) 533-7891 – E-mail: sindecon@sindecon.org.br – Home page: <http://www.economistas.com.br>

IERJ – INSTITUTO DOS ECONOMISTAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20054-900 – Tels: (21) 224-0578 e 509-1077 – Fax: (21) 221-0958 – E-mail: ierj@ax.apc.org – Home page: <http://www.economistas.com.br>

EDITORIAL

Durante um longo período preocupações com o tema do desenvolvimento desapareceram por completo da agenda dos principais organismos internacionais, a exceção da CEPAL e UNCTAD, que os mantiveram no centro da discussão sobre os rumos da economia mundial e as perspectivas de funcionamento das economias de capitalismo atrasado.

Organismos com mais capacidade decisória em âmbito multilateral como o FMI, Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, o tema do desenvolvimento desapareceu em distintas medidas, de seus informes e outros documentos, os quais, passaram a dar ênfase a políticas de ajustes estruturais, a abertura indiscriminada das economias, a desregulamentação, Estado mínimo, em suma, a aplicação do receituário formulado pelo chamado "Consenso de Washington" cuja aplicação traria como conse-

qüência um crescimento econômico equilibrado, a generalização do bem estar social e a superação do atraso tecnológico, econômico e social, próprio dos países latino-americanos. Nesta perspectiva políticas nacionais, formuladas sobre uma ótica diferenciada e que tratasse como preponderante, a questão do desenvolvimento estariam enquadradas como a volta ao "estatismo", além de pretenderem implantar a regulação sobre o mercado, retornando premissas de décadas anteriores.

No entanto, em meio a crise financeira internacional e o agravamento do quadro social em vários países, estes organismos começam a ensaiar tímidas recomendações de política econômica na qual se inclui a temática do desenvolvimento.

A "redescoberta" é sintomática. A liberalização gerou déficits permanentes da conta comercial, que acrescidos do incremento da taxa de juros, sobre a elevada dívida externa, comprometeu o Balanço de

Pagamentos das economias e agravou consideravelmente a vulnerabilidade.

Desindustrialização, concentração e maior dependência produtiva são partes desse processo. A implementação dos pressupostos neoliberais não geraram como esperado um espaço econômico integrado, mas sim um comércio desigual e graves problemas sociais.

Nesse sentido a maior presença do tema desenvolvimento nos documentos oficiais desses organismos, não deve ser entendido como mudança de postura, pois nos parece ter vida curta diante de uma conjuntura desfavorável. Uma verdadeira atenção ao tema requer entre outras coisas, pressões geradas a partir do interior de nossas sociedades como forma de mudar a agenda dessas instituições e assumida como redentora por nossos governos. Os acontecimentos ocorridos em Seattle na Rodada do Milênio soam como um alerta.

CAPA/ARTE

BURLE MARX (Roberto), paisagista brasileiro nascido em São Paulo em 1909. Foi considerado o maior paisagista contemporâneo. Em 1933, conseguiu realizar seu primeiro jardim, para complementar uma residência projetada pelo arquiteto Lúcio Costa. A partir daí, desenvolveu atividade múltipla, como pintor e paisagista, realizando jardins em Recife e expondo no Salão Oficial de Belas Artes do Rio de Janeiro, onde obteve medalha de ouro. Em 1937, projetou o jardim do Ministério da Educação e Cultura, ainda no Rio, colaborando mais tarde com Oscar Niemeyer, no conjunto de Pampulha, em Minas Gerais (1942), complementando o aeroporto Santos Dumont (RJ). Nesse período, criou numerosos jardins particulares, com grande destaque e repercussão. O trabalho de Burle Marx pode ser visto em vários países da América Latina e Europa. Em 1957, alguns de seus trabalhos em exposição pela Europa foram enviados a Paris, onde receberam o prêmio Floralie, maior láurea no seu campo de atividade.

Profundo conhecedor da técnica que exerceu, ele considerava o jardim não apenas uma ordenação do elemento vegetação, mas a decantação dos elementos naturais (plantas, águas, pedras, topografia) organizados e harmonizados pelas suas formas, texturas, cores e volumes, numa composição abstrato-geométrica. Seu espírito de naturalista o levou a revelar e valorizar a flora genuína brasileira, atitude cujos precedentes são encontrados nas obras de Glaziou (Campo de Santana e Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro) e Trindalle (Parque Lage, também no Rio). Em 1970, recebeu o troféu Golfinho de Ouro, do Museu da Imagem e do Som.

Na capa, reproduzimos a obra *Itaituba*, litografada com área impressa de 63,6 x 44 cm, graças ao convênio firmado com o Museu Nacional de Belas Artes, para publicações e gravuras do seu acervo e de artistas representativos. Foto: João Diaz.

ARTIGO

por Antônio Corrêa de Lacerda

2000: ano da Virada?

A desvalorização cambial alterou positivamente a agenda do debate econômico e a expectativa sobre o comportamento do nível de atividade econômica. Há evidente melhora no desempenho do valor agregado local, seja através da substituição de importações ou da ampliação quantitativa das exportações. O comportamento dos preços internacionais, que determinaram uma deterioração das relações de troca, tem impedido que esse resultado reflita mais intensamente no desempenho da balança comercial, como veremos adiante.

A nova substituição de importações se dá, em um primeiro momento, em setores de tecnologia tradicional e que foram fortemente afetados pela valorização cambial dos últimos anos. Nesse caso se encaixam, entre outros, os bens de consumo em geral, onde já existe uma base instalada, um relativo domínio da tecnologia e uma economia de escala para atendimento dos mercados interno e externo.

Quanto às exportações, a questão é mais complexa. Em primeiro lugar, o aumento, por parte dos produtores brasileiros, da disposição de oferta não significa, automática e necessariamente, que exista demanda dos importadores no mercado internacional. Além disso, o baixo crescimento do comércio mundial, a queda dos preços dos bens transac-

náveis, especialmente *commodities* agrícolas, e o efeito das desvalorizações dos asiáticos (que tem provocado quedas de preços de mercado), implica que nem sempre maiores volumes de mercadorias exportadas signifiquem maior receita.

Os dados mais recentes apontam para uma tendência de crescimento do volume global exportado, o que nos permite vislumbrar para o ano vindouro um superávit, considerando-se os efeitos da recuperação da

especialmente a valorização do câmbio, a ausência de uma política de desenvolvimento (entendida como a articulação da política industrial, comercial, de ciência e tecnologia, etc) e os elevados juros, que determinaram um processo de inserção passiva do Brasil no cenário internacional.

As exportações são imprescindíveis para a economia brasileira, não só por ampliarem produção, renda e emprego, mas também e principal-

desde o início da década de 1980.

Quanto à condução da política econômica e suas opções, a experiência dos últimos meses trouxe algumas lições importantes. Apesar de tardia e realizada de maneira atabalhoada, a desvalorização cambial permitiu uma nova dinâmica para a economia brasileira e a oportunidade de uma virada na política econômica, de forma a compatibilizar estabilização de preços e uma política de desenvolvimento.

Isso, no entanto, não vai ocorrer naturalmente, de forma automática. Requer perícia no manejo dos instrumentos e comprometimento do setor privado. É preciso adotar um conjunto de políticas ativas, voltadas para as áreas agrícola, industrial e de serviços, agregando elementos de ciência e tecnologia e conduzindo corretamente a política comercial, especialmente nos grandes fóruns internacionais. Adicionalmente, é preciso fomentar a melhora do conteúdo tecnológico dos produtos brasileiros de exportação e ampliar a promoção comercial nos mercados dinâmicos onde o Brasil possua condições de competitividade.

"Apesar de tardia e realizada de maneira atabalhoada, a desvalorização cambial permitiu uma nova dinâmica para a economia brasileira e uma oportunidade para uma virada na política econômica, de forma a compatibilizar estabilização de preços e uma política de desenvolvimento."

economia asiática e uma reversão da situação de preços, atualmente desfavorável à pauta brasileira de exportação. É uma melhora significativa, mas insuficiente para minimizar a restrição externa.

Nesse sentido, é preciso destacar que nos dois casos, tanto na substituição de importações quanto nas exportações, a desvalorização cambial é uma condição necessária, mas não suficiente para romper a restrição externa decorrente dos erros da política econômica dos últimos anos,

mente porque diminuem nossa vulnerabilidade externa, representada pelo resistente déficit em transações correntes do balanço de pagamentos, especialmente no que diz respeito à rigidez na conta de serviços. Assim, não se trata de escolher entre mercado interno e externo, pois também a evolução do nível de atividades do mercado interno depende do desempenho exportador, uma vez que a restrição externa impede o crescimento sustentado da economia, como de fato vem ocorrendo

Antônio Corrêa de Lacerda é ex-presidente do Cofecon, vice-presidente da Sobeet, professor da PUC-SP e autor do livro "O impacto da globalização na economia brasileira" (Editora Contexto). E-mail: lacerda@cofecon.org.br.

CD ROM

CD-ROM "ORIENTADOR ADVISER"

O IBBE/IBBA - Índice Brasileiro de Bibliografia, Economia e Administração - 1999

Organizado pelo prof. Dércio Garcia Munhoz, encontra-se à venda na Biblioteca do Corecon/RJ, ao custo de R\$ 59,90. O Índice apresenta referências bibliográficas de artigos de revistas especializadas ou coletâneas, livros, dissertações e teses de mestrado e doutorado. Cita publicações com estatísticas econômicas, legislação de política econômica e dá outras informações, como cursos em várias entidades brasileiras. Maiores informações pelo tel: (21) 232-8178 com Esther - Biblioteca do Corecon/RJ.



Flexibilização dos direitos sociais do trabalho: no máximo, uma profissão de fé

No final de 1999, o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, com apoio do presidente Fernando Henrique Cardoso, declarou à imprensa que enviaria proximamente ao Congresso Nacional uma proposta de flexibilização do artigo 7º da Constituição. O principal objetivo da proposta seria permitir que os direitos inscritos no referido artigo possam ser "flexibilizados" através de negociação coletiva. A intenção de realizar essa modificação está presente desde o início do primeiro mandato de Fernando Henrique, tendo o ministro do Trabalho da época declarado inúmeras vezes seu apoio. Para melhor entender a proposta do governo, é importante apresentar, mesmo rapidamente, a evolução de sua posição sobre o tema ao longo dos últimos cinco anos.

No primeiro ano de governo, Fernando Henrique Cardoso argumentou recorrentemente que o mercado de trabalho no Brasil tinha uma boa capacidade de geração de novas ocupações, porém em sua maioria de má qualidade. Relacionava essa característica à dinâmica da negociação coletiva que, segundo a posição oficial, induz o acomodamento dos sindicatos, comprometendo, em consequência, a possibilidade de maior envolvimento dos trabalhadores com o desempenho da empresa. Assim, o governo defendia a alteração dos artigos 8º (referente à regulação da estrutura, do direito e da contribuição sindical) e 9º (que regula o direito de greve). O governo argumentava que a maior liberdade sindical só poderia ser exercida se fosse possível uma maior negociação dos direitos previstos no artigo 7º (13º salário, férias, descanso semanal remunerado, licença maternidade e outros). Esse discurso foi progressivamente abandonado pelo governo, a partir do início de 1997, pois o crescimento do desemprego, manifesta-

do inclusive pelo temor da população (medido nas pesquisas de opinião pública contratadas pelo Palácio do Planalto), explicitou a gravidade do problema do emprego. A política implementada pelo governo tinha como uma de suas consequências a baixa geração de postos de trabalho.

A partir de meados de 1997, frente a impossibilidade de continuar sustentando sua proposta na idéia de que o nível de desemprego tenderia a ser baixo, o governo passa a relacionar a flexibilização do artigo 7º à necessidade de se alterarem os artigos 8º e 9º, com o objetivo de ampliar a liberdade sindical e o campo da negociação coletiva. Argumentava, inclusive, que essa proposta ia ao encontro dos interesses do movimento sindical,

"Caso venha a ser adotada, a chamada 'flexibilização' dos direitos trabalhistas reforçará nossa condição de economia de baixos salários, sem maiores consequências sobre a estrutura do mercado de trabalho brasileiro. Do ponto de vista do desenvolvimento, de nada adianta atacar a frágil regulação social hoje existente no Brasil."

que historicamente reivindica o fim do padrão de regulação das relações de trabalho herdado do período getulista. Essa posição buscava apoio no discurso dos segmentos mais combativos do movimento sindical brasileiro. A ausência de qualquer projeto unitário entre as centrais acabou também por dificultar a legitimação da proposta. O governo acabou por não encontrar o respaldo esperado entre o movimento sindical, necessário para encaminhar a proposta ao Congresso Nacional.

Diante das dificuldades de negociação junto ao movimento sindical, o atual ministro do Trabalho, no primeiro semestre de 1999, declarou o desmembramento da proposta e a intenção de fazer uma alteração restrita e direta do artigo 7º. No final do ano, informou que estaria envian-

do o projeto para apreciação do Congresso Nacional, abandonando, dessa forma, a negociação via os atores sociais diretamente envolvidos. A posição do governo baseia-se no argumento de que os direitos inscritos no artigo 7º induzem uma segmentação dos trabalhadores brasileiros entre cidadãos de primeira classe, cobertos pelos referidos direitos, e de segunda classe, excluídos de qualquer direito. Para o governo, a flexibilização permitiria uma redução dos custos de contratação, estimulando a formalização dos contratos e o fim da situação de acomodamento daqueles já protegidos.

Em sua versão última, a posição do governo ataca diretamente a questão principal: a flexibilização dos

nalização da economia e o aumento da parcela de bens de origem importada consumidos localmente, sem o devido crescimento das exportações. Essa situação foi aprofundada com o Plano Real, que ampliou o grau de abertura seja através da redução de certas tarifas de importação, seja pela valorização cambial da nova moeda. Setores com baixa presença de empresas estrangeiras, como o alimentar e o financeiro, foram rapidamente desnacionalizados.

A internacionalização produtiva, realizada através da transferência de patrimônio, foi seguida de maior integração produtiva. Como resultado, ampliou-se a presença de componentes importados e as ligações das plantas locais com a demais plantas, espalhadas pelo mundo, das empresas multinacionais. A valorização cambial estimulou esse processo ao encarecer o produto interno e ao facilitar às grandes empresas a importação de parte de seu consumo e de bens acabados. A internacionalização da produção, como em outros países, acabou por pressionar o sistema nacional de relações de trabalho existente. As grandes empresas começaram a demandar maior flexibilidade das relações de trabalho nas negociações coletivas, e os sindicatos, pressionados fortemente pelo desemprego, foram constrangidos a ratificar tais exigências. Posteriormente, o governo regulamentou esse processo de flexibilização acordada, realizado na maioria das vezes através da negociação do banco de horas e da participação nos lucros e resultados.

Essas mesmas pressões incidem sobre o artigo 7º. A maior internacionalização acirra a competição no mercado local, levando que as empresas demandem maior flexibilização dos direitos sociais com o objetivo de reduzir os custos salariais. A especialização do país em produtos de baixo conteúdo tecnológico, com reduzido crescimento internacional

direitos sociais do trabalho. Isso é feito explicitamente, deixando de estar presente de forma envergonhada, como nas proposições anteriores. Apesar do sucessivo desmoronamento dos argumentos apresentados a cada momento pelo governo para sustentar sua posição, seu objetivo principal se mantém, tornando-se, no melhor dos casos, somente uma profissão de fé. Por quê? As razões são várias e as consequências também.

A flexibilização do artigo 7º, proposta pelo governo, só pode ser entendida como parte do processo de reorganização da economia e da sociedade brasileiras, empreendida a partir de 1990. A abertura comercial realizada pelo governo Collor expôs fortemente nossa estrutura produtiva à concorrência internacional, provocando uma rápida desnacio-

ARTIGO

dos mercados e com a presença intensa de países com baixa proteção social, faz dos custos diretos a alavanca da capacidade competitiva da base produtiva local. Assim, a flexibilização dos direitos sociais do trabalho passa a desempenhar um papel importante na consolidação do novo padrão de competitividade do país.

Por outro lado, a flexibilização dos direitos permitiria reduzir os gastos do Estado com pessoal, em suas diversas esferas. Essa redução se somaria com aquela obtida com o fim do regime de aposentadoria para os trabalhadores do setor público. Portanto, a flexibilização casaria com a política de "Estado mínimo" que o governo tem defendido fielmente.

Pode-se afirmar que a flexibilização, caso adotada, reforçará nosso caráter de economia de baixos salários, sem maiores conseqüências para a estrutura do mercado de trabalho brasileiro. Vejamos por quê.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-IBGE) mostram que, entre 1990 e 1997, oito de cada dez novas pessoas que passam a integrar a população economicamente ativa (PEA) conseguiram ocupações geradas em atividades voltadas para o consumo pessoal/familiar e com baixa exigência de qualificação e escolaridade. A maioria dessas ocupações criadas não depende do desempenho econômico, pois são caracterizadas pela auto-ocupação. Elas estão inseridas no chamado setor informal do mercado de trabalho. Ademais, duas outras se mantiveram desempregadas. A informalidade e o desemprego foram as marcas do nosso mercado de trabalho nos anos 90, tanto nas regiões onde a reorganização industrial foi

intensa, como naquelas onde a presença do setor é incipiente.

O determinante principal dessa evolução do mercado de trabalho foi a dinâmica específica de nossa economia. Durante a década, mantivemos um crescimento lento do PIB, com crescimento da parcela importada e fortes pressões para aumento da produtividade a qualquer custo. Os efeitos foram a destruição de empregos, seja pela reorganização da base produtiva seja pela exportação dos mesmos através da importação de bens e serviços. Nota-se, desse modo, que os problemas de geração de emprego encontram-se estreitamente relacionados com a dinâmica da economia brasileira, decorrente da opção por um desenvolvimento subordinado à inserção internacional, em especial à financeira. Assim, a explosão do número de "cidadãos de segunda classe", adotando o termo nefasto utilizado pelo governo, deve-se predominantemente à política econômica do próprio governo. A proposta flexibilização do artigo 7º busca atender a essa diretriz política, ferozmente abraçada pelo governo, e não ao grave problema de emprego existente hoje no país.

Deve-se salientar que a proposta, se aprovada, implodirá as políticas sociais hoje existentes, na medida que atacará os fundos que as financiam. As conseqüências da flexibilização não se restringem, portanto, aos direitos sociais do trabalho.

Cabe ainda alertar que a tentativa do governo de flexibilizar o artigo 7º vem em um momento em que fica cada vez mais visível que tal política tem efeitos predominantemente negativos sobre o emprego, negando uma suposta virtuosidade apresentada em

sua defesa. Organismos internacionais e governos dos países desenvolvidos vêm reconhecendo os resultados desfavoráveis desse tipo de política e a necessidade de recompor a proteção social.

Ao invés de atacar a frágil regulação social hoje existente no Brasil, que nada ajudará na superação do grave problema de emprego que penaliza o país, o governo deveria aproveitar as condições existentes para uma recuperação da produção e do mercado interno, abertas com a desvalorização cambial. A recuperação nessas condições poderá de fato favorecer o emprego, situação já sinalizada com a incipiente recomposição da produção industrial observada no final do ano passado.

É lógico que essa opção impõe uma alteração da política macroeconômica. Em vez de privilegiar a inserção externa, em especial aquela de caráter financeiro, ela deveria valorizar o desenvolvimento interno. Além disso, seria necessário recuperar as políticas de planejamento público, em especial a política industrial. Não se defende um fechamento completo da economia brasileira, mas de uma exposição externa que se subordine à política de desenvolvimento nacional. Nesse contexto poderia se dar um melhor tratamento aos trabalhadores e à questão social. Mas, tudo indica que esse não é um projeto para o governo brasileiro atual e nem interessa aos segmentos econômicos com os quais ele se encontra comprometido.

Claudio Salvadori Dedecca é professor Livre Docente do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

BIBLIOTECA

ATENÇÃO!
LEITORES JE

A biblioteca Eginardo Pires está funcionando em seu horário normal:

De segunda a sexta-feira,
das 13:00 h às 17:00 h.

FIQUE POR DENTRO

VALOR
REFERENCIAL
DE HONORÁRIOS

O VRH está fixado em R\$ 0,70 (setenta centavos de Real) para o mês de fevereiro.

PROMOÇÃO

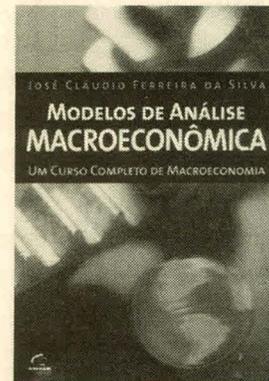
A Livraria FGV está oferecendo o livro abaixo com desconto para os economistas associados.

- *Dinâmica Macroeconômica*, de Mário Henrique Simonsen, McGraw-Hill, por R\$ 10,00.

Livraria FGV - Tel. 536-9105
Praia de Botafogo, 188
Rio de Janeiro

LIVROS COM DESCONTO

A Editora Campus está oferecendo os livros abaixo, com desconto de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio firmado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria com intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a formação dos economistas.

Modelos de Análise
Macroeconômica,

Ferreira da Silva.

De: R\$ 42,00 Por: R\$ 32,55

- *Uma nova Recessão: o que deu errado?* Krugman. De: R\$ 31,00 Por: R\$ 21,70
- *Globalização e Globobagens*, Krugman. De: R\$ 34,00 Por: R\$ 27,30
- *Introdução à Economia*, Mankiw. De: R\$ 79,00 Por: R\$ 55,30
- *Fundamentos da Moderna Administração Financeira*, Brigham. De: R\$ 65,00 Por: R\$ 45,50
- *Sucesso, Dummies*. De: R\$ 44,00 Por: R\$ 30,80
- *A Crise do Capitalismo*, George Soros. De: R\$ 33,50 Por: R\$ 23,45
- *A Riqueza e a Pobreza das Nações*, Landes. De: R\$ 68,50 Por: R\$ 47,95
- *Macroeconomia Moderna*, De Paula. De: R\$ 39,00 Por: 27,30
- *Macroeconomia: Teoria Política e Econômica*, Blanchard. De: R\$ 69,00 Por: R\$ 48,30

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.

Horário de funcionamento:
segundas, quartas e sextas,
das 12h às 18h;
terças e quintas, das 11h às 17h.
Telefone: (21) 232-8178

— LANÇAMENTO —

Corecon lança CD-Rom dos Congressos

Foi grande a expectativa dos que compraram o CD-Rom durante os Congressos realizados em setembro de 1999 no Hotel Glória: o XIII Congresso Brasileiro de Economistas e o VII Congresso de Economistas da América Latina e do Caribe. O Corecon já iniciou o envio.

O CD-Rom apresenta um panorama geral de todas as atividades dos Congressos, que reuniram grande número de estudantes, economistas e personalidades do Brasil e exterior, além de representantes de instituições de ensino, organismos governamentais e ONGs.

O CD-Rom apresenta uma análise profunda do quadro econômico, social e institucional da América Latina e do Caribe e uma reflexão sobre os desafios e soluções para os problemas do século XXI. É o resultado do excelente intercâmbio alcançado entre os participantes, que trouxeram consigo uma bagagem expressiva de conhecimentos e experiências, contribuindo para conscientizar a sociedade sobre as aceleradas transformações ocorridas neste final de século.

O CD-Rom traz as palestras proferidas em torno das temáticas centrais dos Congressos (história, questões do desenvolvimento, inserção internacional, emprego, etc.), além de grande número de trabalhos selecionados pelo comitê científico.

Alcançamos assim o objetivo de ampliar o acesso à troca de experiências proporcionada pelo evento. A um custo acessível, está finalmente disponível um importante instrumento de trabalho, pesquisa, informação e conscientização da realidade socioeconômica da América Latina.



O CD-Rom dos Congressos está disponível para venda na Biblioteca do Corecon/RJ, com Esther, no horário de 13:00h às 17:00h, através do telefone (21) 232-8178.

Preço: R\$ 7,00 • Despesas de correio: R\$ 1,50

The CyberEconomist

Algumas palavras sobre Economia da Internet

www.cybereconomist.ecn.br

**Quer saber quais os benefícios possíveis por trás
do uso comercial da Internet?**

**Cansou de tentar entender os discursos inflamados de informatas
e profissionais de marketing? Compreendeu que esses especialistas
não poderão ajudá-lo a definir bons planejamentos estratégicos no que
diz respeito à obtenção de vantagens competitivas baseadas na rede?**

Seja bem-vindo a **The CyberEconomist**

Descubra o novíssimo mundo em www.cybereconomist.ecn.br

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

O Orçamento do Rio é aprovado com menos poder para o prefeito, mas vereadores têm emendas aprovadas e desconsideradas. Veja como estão as contas públicas brasileiras e cariocas. A partir deste ano, as câmaras municipais perdem poder sobre seus orçamentos.

ORÇAMENTO 2000 COM MENOR MARGEM DE REMANEJAMENTO

A Câmara Municipal do Rio de Janeiro aprovou a lei orçamentária para o exercício de 2000 com uma redução da margem de remanejamento de 25% – solicitação da Prefeitura – para 15%. Tal margem é uma autorização dada ao prefeito para alterar o orçamento sem discussão no Poder Legislativo. O Fórum Popular do Orçamento propôs, através de emenda adotada por um grupo de vereadores, a redução para 10% como primeira etapa para adequar o processo orçamentário a um planejamento transparente e eficiente. Historicamente, o Poder Executivo carioca opera o orçamento com margens de 20% a 30% do total.

Dois pontos devem ser ressaltados. Primeiro: a proposta do Fórum, fundamentada com a apresentação dos remanejamentos feitos durante o exercício de 1999, foi a discussão central entre os parlamentares. Segundo: a margem de 15% do total (cerca de R\$ 695,9 milhões) é a menor já aprovada na história orçamentária do Rio de Janeiro. Entretanto, já demonstrou a sua “utilidade” para o Poder Executivo no primeiro mês deste ano, conforme o texto abaixo.

Remanejamento e o poder dos vereadores: como ficam?

No dia 24 de janeiro ocorreu um remanejamento de dotações no montante de R\$ 25 milhões em vários programas do orçamento. Foram retirados 100% de dotações de dezesseis programas oriundos de emendas de vereadores. Vários programas das secretarias municipais de Saúde e de Desenvolvimento Social e vários tipos de programas de Subvenção Social (como Apae, ABBR, Solazer e associações de pessoas portadoras de todo tipo de deficiências) foram prejudicados.

A lei orçamentária permite que o prefeito possa remanejar dotações de determinados programas para outros, mas esse poder é concedido com objetivo de “ajustar” o orçamento no caso de “necessidades”. Nesse decreto podemos ver que tal poder dado ao prefeito não está sendo usado da forma prevista. Se o orçamento tivesse sido bem planejado, como em menos de um mês de vigência pode necessitar de uma mudança tão expressiva para reforçar em mais de 1500% o programa de “Publicidade e Propaganda”, enfraquecendo programas de alto cunho social? E não é só isso: inviabilizando as emendas legislativas, o prefeito está tirando o poder constitucional dos vereadores em interferir na peça orçamentária, tornando assim o orçamento um instrumento do Poder Executivo. Os programas beneficiados através deste mecanismo — com um total de R\$ 23 milhões — foram, em sua maior parte, do Gabinete do Prefeito.

Nós, do Fórum, buscamos a democratização do orçamento municipal através da transparência, participação e prioridade do mesmo. Mas acreditamos que o orçamento municipal não tem sido realizado dessa forma.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Rio de Janeiro

Se você quiser participar e emitir sua opinião sobre o Orçamento carioca, as reuniões do Fórum Popular do Orçamento acontecem sempre às quintas-feiras, às 17 horas no Corecon. Estas reuniões são abertas à participação de qualquer cidadão. Para novas e outras informações e envio de críticas/sugestões para esta coluna:

Corecon: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20054-900 - Tel. (21) 232-8178 - Fax (21) 509-8121

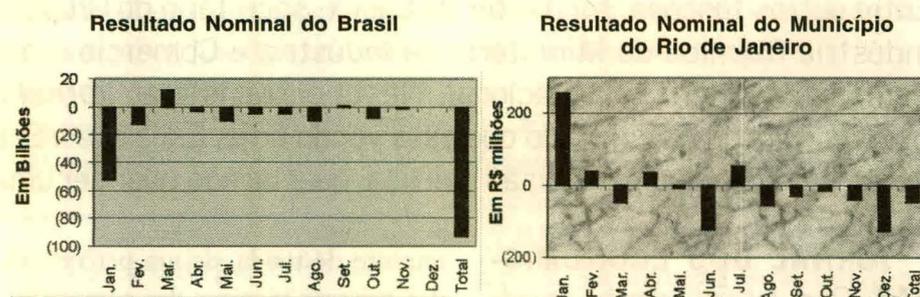
E-mail: coreconrj@ax.apc.org. • Home page: <http://www.economistas.com.br>

A/C do conselheiro Luiz Mario ou das estagiárias Mirelli Malaguti e Fernanda Ricardo.

GASTOS COM PODER LEGISLATIVO CONTROLADOS

Dentro do processo de controle dos gastos municipais foi aprovada pelo Congresso Nacional emenda constitucional limitando os gastos com as câmaras municipais. Foram estabelecidos percentuais limitadores, vinculados à população e ao somatório das receitas tributárias e das transferências previstas nos artigos 153 (§ 5º), 158 e 159 da Constituição Federal. Na página do Fórum da edição passada, fizemos uma simulação do orçamento da Câmara Municipal do Rio de Janeiro para 2000 à luz do dispositivo constitucional agora em vigor. Nessa simulação, demonstramos que o orçamento do parlamento carioca já está adequado na parte referente aos 5% das receitas citadas, mas não em relação ao comprometimento das despesas com pessoal, que atingem 70% do orçamento da Câmara. Acompanharemos as futuras medidas adequadoras.

COMPARAÇÃO ENTRE AS CONTAS PÚBLICAS BRASILEIRAS E CARIOCAS



No mês de novembro, o município do Rio de Janeiro teve um resultado nominal¹ mensal deficitário de R\$ 39,6 milhões, basicamente por causa de uma diminuição de R\$ 20 milhões nas receitas correntes em relação ao mês de outubro. A arrecadação do IPTU e das taxas diminuíram consideravelmente no mês de novembro, junto com um aumento de R\$16 milhões nas despesas totais (pessoal, demais de custeio e de capital, todas sofreram grandes aumentos em novembro). No mês de dezembro o resultado nominal do município, como pode ser visto no gráfico, está com um déficit ainda maior em relação a novembro. O resultado primário do último mês de 1999 fechou em R\$ 78,5 milhões, sendo justificado pelo aumento das despesas com pessoal (pagamento do décimo terceiro) no valor de R\$ 55 milhões.

Em novembro os encargos financeiros líquidos² foram de R\$ 4,6 milhões. Já em dezembro os encargos financeiros líquidos atingiram R\$ 45 milhões, apontando para uma saída de capital com despesas de pagamento de juros e amortizações da dívida nesses dois últimos meses, principalmente em dezembro.

O resultado nominal das contas da União no mês de novembro foi deficitário em R\$ 1,3 bilhão. Este valor negativo não está relacionado ao resultado primário, que foi positivo em R\$ 758 milhões. Durante todos os meses do ano o resultado primário foi positivo, por causa do controle de gastos pelos governos federal, estaduais e municipais. O que contribuiu para o resultado nominal deficitário foi o pagamento juros. Apesar de negativo, este resultado apresenta uma melhora de R\$ 7,9 bilhões em relação ao mês de agosto.

Fazendo uma análise comparativa das contas públicas carioca e da União para o ano de 1999. O município do Rio de Janeiro fechou o ano com um déficit nominal acumulado de R\$ 46 milhões, por causa de um superávit primário de R\$ 115 milhões e de um encargo financeiro líquido acumulado de R\$ 161 milhões. Tais encargos estão incidiram principalmente nos meses de junho e dezembro, que somam R\$ 143 milhões. Para as contas da União ainda não temos o resultado final do mês de dezembro, mas fazendo os cálculos até o mês de novembro, vê-se que ela acumulou um déficit de R\$ 93 bilhões. Boa parte desse déficit deve-se aos R\$ 125 bilhões despendidos com pagamento de juros nominais da dívida, já que o resultado primário acumulado foi superavitário em R\$ 32,7 bilhões.

Fonte: Jornal do Brasil do dia 22 de janeiro 2000 e o site da prefeitura.

¹Resultado Nominal: é o resultado primário (receitas – despesas) – os encargos financeiros líquidos.

²Encargos Financeiros Líquidos: são os Juros pagos + Amortizações – Operações de Crédito – Remuneração das Disponibilidades Financeiras.

— ENTREVISTA —

JUVENAL OSÓRIO

O Brasil precisa reaprender a enfrentar desafios

Formado em 1949 pela antiga Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, hoje UFRJ, Juvenal Osório Gomes foi aprovado em 1956 no primeiro concurso para o recém-criado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, hoje BNDES), onde já vinha trabalhando interinamente desde 1953. Iniciou ali sua longa trajetória no setor público. Entre outras funções, foi diretor da Cacex, secretário do Grupo Executivo da Indústria Química do Ministério da Indústria e Comércio e presidente da Companhia Siderúrgica Nacional. Nesta entrevista ao *Jornal dos Economistas*, fala do que viu e do que está vendo hoje. E diz que o Brasil precisa, antes de tudo, de uma decisão política: quer ou não quer ser uma nação?



JORNAL DOS ECONOMISTAS: Qual foi seu primeiro grande desafio profissional?

JUVENAL OSÓRIO: Foi integrar o grupo de economistas recrutado pelo BNDE em 1953, junto com Aníbal Villela, Luiz Botelho, Diogo Gaspar, Evaldo Correia Lima, João Mesquita Lara, Joaquim Mangia, Inacio Rangel, Americo Cury, Americo Barboza, Heitor Lima Rocha, José Pelúcio e Carlos Marques, entre outros. Na época, sentíamos nossa responsabilidade, mas hoje, olhando para trás, verifico que a tarefa proposta – planejar e promover o desenvolvimento do Brasil – era muito mais difícil do que imaginávamos.

JE: Qual era a principal tarefa do BNDE? Quais foram os primeiros projetos em que vocês trabalharam?

JUVENAL: A instituição foi criada para coordenar a execução do programa de reaparelhamento econômico que resultara dos estudos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. A ênfase estava na questão da infra-estrutura, principalmente energia elétrica, portos e estradas de ferro. Por isso, o BNDE surge como gestor do Fundo de Reaparelhamento Econômico, que contaria com recursos de um adicional de 15% sobre o

imposto de renda, de um percentual das reservas técnicas das companhias de seguro e de um empréstimo de US\$ 600 milhões do Eximbank. No entanto, por causa de alguns desentendimentos entre Brasil e Estados Unidos, o dinheiro do Eximbank não foi liberado. Tivemos que remanejar todos os projetos, para executá-los sem os itens que seriam importados com esse financiamento. Começamos então a incentivar a indústria brasileira de bens de capital.

JE: A suspensão do empréstimo do Eximbank ocorreu por motivos explicitamente políticos?

JUVENAL: Sim. Foi causada pela campanha do petróleo e a crise cambial provocada pelo incremento das importações em 1951 e 1952, crise que acabou dando origem à Instrução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc). Em vez do empréstimo para o raparelhamento, acabamos por tomar recursos do Eximbank para liquidar atrasados comerciais que se haviam acumulado.

JE: O que dizia a Instrução 70?

JUVENAL: Ela adotava o regime de câmbios múltiplos, dividindo as importações em cinco categorias, segundo sua importância para o

desenvolvimento do país. Na primeira categoria, por exemplo, estavam as matérias-primas e os bens essenciais, enquanto na quinta estavam perfumes e outros artigos de luxo. Enquadrados em alguma dessas categorias, os interessados disputavam as divisas em leilões de câmbio realizados pelo governo na Bolsa de Valores.

JE: Em que contexto esse regime de câmbio foi adotado? E qual foi seu impacto?

JUVENAL: As bases do processo de modernização do Brasil vinham sendo plantadas desde antes, com os estudos da assessoria técnica de Getúlio Vargas, a legislação de tarifas, os incentivos à importação de bens de capital pela indústria, a criação do Departamento Autônomo do Serviço Público (Dasp), da Associação Brasileira de Normas Técnicas e do Instituto de Resseguros do Brasil, e assim por diante.

A Segunda Guerra Mundial tumultuou tudo, mas também facilitou a multiplicação de indústrias mais ou menos improvisadas, que começaram a fazer aqui as coisas que não conse-

guíamos mais importar. O Brasil acumulou então grandes reservas em moeda forte, que foram gastas depois, quando o governo Dutra adotou uma política de liberação das importações. Muitas empresas nascentes faliram nessa época. Em 1950, houve o receio que a Guerra da Coreia pudesse ampliar-se, talvez na direção de um novo conflito mundial. Nesse caso, novamente não conseguiríamos importar matérias-primas e outros bens essenciais. O Brasil fez então um grande esforço de importação para formar estoques estratégicos.

A combinação da política liberal de Dutra e da pressão por importações lançou o país, em 1951, já no novo governo Vargas, em uma grave crise nas contas externas. Enquanto isso, o câmbio continuava fixo no mesmo patamar desde a Guerra. Era uma situação insustentável: o Brasil praticamente só conseguia exportar café, cacau e um pouco de madeira. O diretor da Cacex tinha que inventar maneiras de garantir aos empresários outras taxas de câmbio, para viabilizar alguma exportação adicional. Nesse contexto é que veio a

ENTREVISTA

Instrução 70, que a meu ver desencadeou o processo de desenvolvimento que se seguiu.

JE: Representou algo parecido com a desvalorização da moeda brasileira em janeiro do ano passado...

JUVENAL: Mas com repercussão muito maior. Além de desvalorizar a moeda, impulsionando as exportações, ela introduziu critérios para as importações, priorizando aquelas consideradas mais importantes. O Estado colocou a política de câmbio, explicitamente, a serviço do desenvolvimento e avocou para si a tarefa de arbitrar isso. O BNDE entra em cena nesse contexto, Tateando em busca dos melhores caminhos.

JE: Como você analisa as transformações que se seguiram na economia brasileira?

JUVENAL: No fim do ano passado, Márcio Moreira Alves publicou em *O Globo* dois artigos dando, digamos assim, um balanço pessoal do século. Dizia que começou a olhar o mundo no início dos anos 50. E lembrava que, no Brasil dessa época, a energia elétrica estava racionada, quase não existiam telefones (era preciso marcar hora para falar num interurbano) e só havia duas estradas asfaltadas: Rio-São Paulo e Rio-Juiz de Fora. Eu posso acrescentar: as ferrovias e os portos não tinham manutenção desde os anos 20, faltava água no Rio de Janeiro. O Brasil não era nada. Tudo estava por fazer.

Foi este o nosso ponto de partida, que muita gente não conhece mais. Nas três décadas que se seguiram, demos eletricidade ao país, rasgamos todo o território com estradas, recuperamos ferrovias e portos, montamos uma moderna rede de telecomunicações e, além disso, construímos um parque industrial capaz de fabricar quase tudo, inclusive máquinas, ao mesmo tempo em que a agricultura se diversificava. Nossa economia era menor e a renda *per capita*, muito mais baixa. Mesmo assim, fizemos tudo isso em trinta anos. Nos vinte anos subsequentes, marcamos passo. Há um enigma aí, que precisamos decifrar.

JE: Hoje, muitos fazem uma leitura crítica e até negativista dessa experiência anterior. Ela teria sido intervencionista, estatizante, xenófoba. Como você vê isso?

JUVENAL: Em 1979 eu já podia ter me aposentado, mas desejava continuar trabalhando. Assim, vi chegar no BNDE essa turma nova, muitos com PhD nos Estados Unidos, fazendo um discurso negativista. Tentei motivá-los, mas não teve jeito. Pedi minhas contas. Foram formados numa linha que negava tudo o que havia sido feito e não sabiam o que colocar no lugar. O mercado é que iria decidir...

Não consigo entender como adotamos esse pensamento, de forma tão indiscutível e acrítica, sem imaginar que houve uma política deliberada nesse sentido. Toda a mídia, todas as novas cabeças pensantes repetin-



"No início dos anos 50, a energia elétrica estava racionada, quase não existiam telefones, só havia duas estradas asfaltadas, as ferrovias e portos não tinham manutenção desde os anos 20, faltava água na capital federal. O Brasil não era nada."

do que o que é brasileiro não presta, que o que o Estado faz não presta, temos que importar e privatizar... A ladainha da chamada modernidade ficou tão afinada que ficou claro que alguém com grande poder de convencimento estava na regência... Era preciso manter o Brasil desestabilizado porque ele já estava querendo bater na porta do clube dos Sete Grandes...

JE: Como o BNDE trabalhava naquela época pioneira?

JUVENAL: Os grupos de trabalho misturavam economistas, engenheiros, advogados, contadores e outros profissionais para estudar cada projeto. Em paralelo, o Departamento Econômico tinha suas unidades de estudo e avaliação. Estudávamos, antes de tudo, teorias e modelos de desenvolvimento, relação capital-produto, mas também estudávamos comércio exterior, teoria monetária e outros temas. Além disso, acompa-

nhávamos o trabalho da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), cujo relatório de 1949 nos ajudou bastante. E, mais adiante, tivemos os estudos do Grupo BNDE/Cepal, chefiado por Celso Furtado. O desafio estava claro: como desenvolver o Brasil? Nossa conclusão também era clara: tínhamos que renovar a infra-estrutura e nos industrializar. Aquela economia que exportava apenas três ou quatro produtos primários não iria longe.

Quanto à infra-estrutura, aproveitamos muita coisa dos trabalhos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. E acrescentamos projetos industriais: cimento, siderurgia, papel e celulose, material de transportes, etc. Ao tomar posse, Juscelino encontrou esses estudos feitos e somou a eles sua liderança política. Consolidou tudo no Plano de Metas e criou o Conse-

ras *ad hoc*, ágeis e eficientes, e os funcionários recrutados para os grupos eram tocados pela inquietação de encontrar soluções. Isso facilitava inclusive a tramitação posterior dos projetos pelas diferentes unidades, pois o funcionário que havia participado da elaboração passava a ter um interesse quase pessoal em conscientizar seus colegas para fazer a coisa andar. De certa forma, essa experiência se prolongou nos anos 60 e 70, embora com menos força.

JE: Qual era o papel específico do BNDE?

JUVENAL: Ele era o pião. Tinha gente em todos os grupos de trabalho. Ao mesmo tempo, era a agência de financiamento.

JE: Você se referiu a recursos do Eximbank que nunca chegaram. Como essa falta foi equacionada?

JUVENAL: Contávamos com recursos de natureza fiscal e outros resultantes de poupança compulsória. Depois, passamos a gerir fundos (de energia elétrica, de marinha mercante, etc). No início, o BNDE ainda não tinha projetos prontos, de modo que acumulou uma certa reserva. E havia a decisão política de apoiar o esforço de desenvolvimento, mesmo às custas de algum descontrole orçamentário e alguma inflação.

JE: Pode-se dizer que o nível de poupança compulsória era relativamente menor do que o de hoje?

JUVENAL: Não sei. Tínhamos o adicional do imposto de renda, e a inflação funcionava como fonte de poupança. O regime cambial também ajudava. As importações vinculadas aos investimentos se enquadravam na primeira categoria do câmbio múltiplo e, por isso, ficavam baratas.

Havia, pelo menos, mais duas diferenças em relação à situação atual: os recursos retirados compulsoriamente da sociedade eram destinados ao desenvolvimento, enquanto hoje têm outro destino, e as oportunidades de gasto em consumo eram muito menores. A tentação de consumir tudo o que se ganha, ou mais do que se ganha, se tornou muito grande, não só na classe média, mas também

lho de Desenvolvimento, diretamente subordinado à Presidência da República, encarregado de executá-lo.

Com Lucas Lopes à frente, o Conselho provocou um curto-circuito - a meu ver, até hoje não devidamente analisado - na administração pública brasileira. Ele constituía grupos de trabalho para estudar assuntos específicos. Juntava pessoas do BNDE, da Cacex, da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, da Sumoc, da Secretaria da Receita Federal, da Secretaria de Economia e Finanças, e assim por diante. Até então, todos trabalhavam isolados, cada um na sua repartição. Agora, passavam a trabalhar juntos, debruçando-se sobre desafios claramente colocados.

As unidades da administração que seriam responsáveis pela execução do projeto, ou que entendiam de uma parte dele, se juntavam nesses grupos, opinavam, e isso facilitava seu engajamento em todas as fases do trabalho. Criaram-se assim estru-

ENTREVISTA

na base da sociedade. Vejam quantos milhões de telefones celulares foram vendidos nos dois ou três últimos anos.

JE: *Você se referiu ao papel da inflação. A abordagem atual dessa questão é bem diferente...*

JUVENAL: Creio que uma parte do enigma a que me referi – trinta anos de grande crescimento e vinte anos de estagnação – está aí. Até o fim dos anos 70 usamos a inflação como um fabuloso instrumento de poupança. De certa forma, isso se projetou para os anos 80, embora menos eficientemente, até porque, depois dos choques do petróleo e dos juros, passamos a usar toda nossa capacidade de poupança para pagar dívidas. Nos anos 90, criaram-se condições favoráveis para a estabilização monetária, que se tornou uma prioridade. Desde que obtivemos a estabilização, a taxa de poupança caiu. Isso me faz temer que, com estabilidade, este país nunca consiga poupar o suficiente para se desenvolver no ritmo de que necessita.

JE: *Conseguiríamos voltar a usar a inflação como instrumento de poupança forçada e mantê-la em um patamar manejável? Não haveria de novo tendência a uma superinflação, como a que tivemos?*

JUVENAL: Houve uma mudança estrutural nas finanças brasileiras a partir da entrada em vigor da Constituição de 1988, que criou direitos de todo tipo – individuais, estaduais, municipais – muito maiores do que a economia brasileira pode suportar. Todos aqueles fundos de investimento, do imposto único sobre combustíveis, telecomunicações e energia elétrica, foram extintos, com a União perdendo receita para os estados e municípios. Criou-se assim uma situação inadministrável, pois há uma defasagem entre o que somos capazes de produzir e o que nos comprometemos a distribuir. Temos mais necessidades e mais direitos do que conseguimos suportar. Para obter uma estabilização relativa, Fernando Henrique criou o maior endividamento da história do país. Com o agravante de que nossa carga tribu-

tária já está em patamares altos, em torno de 30% do PIB. Há um desequilíbrio claro.

JE: *Como você analisa o papel do capital estrangeiro em nosso processo de desenvolvimento?*

JUVENAL: Sempre trabalhamos com o propósito de conseguir que empresários nacionais tocassem os projetos, mas, evidentemente, as multinacionais estavam por perto. Na medida em que o mercado brasileiro foi crescendo, elas também expandiram seus negócios aqui. Não éramos hostis a isso, nem chegávamos a selecionar muito, mas tampouco saíamos correndo atrás delas. Tínhamos com essas empresas uma relação pragmática. Com exceção da indústria automobilística, que era um setor novo no país, as multinacionais em geral acompanharam o crescimento do mercado, foram a reboque de uma

abertura neoliberal, temos talvez maior número de montadoras que qualquer outro país, mas nenhuma nacional.

JE: *O discurso hoje predominante praticamente deposita as esperanças de desenvolvimento do Brasil em nossa capacidade de atrair capital estrangeiro. Como você vê isso?*

JUVENAL: Temos tido vultosas entradas de capital estrangeiro conjugadas com baixo crescimento. Isso é preocupante. Se ele vem para cá construir uma fábrica que vai produzir algo que o mercado interno ou externo está demandando, então temos acréscimos de produção, renda e emprego. Mas, se ele vem, como tem vindo, comprar uma fábrica brasileira que já está em operação, não haverá esses acréscimos. Ao contrário. Tende a ocorrer redução no emprego. Pois, na situação anterior, a fábrica era parte de uma empre-



"Tornar o país superavitário na conta-corrente do balanço de pagamentos é o grande desafio econômico. Trata-se, antes de mais nada, de recuperar a soberania. Precisamos perguntar aos brasileiros: vocês querem uma nação ou não querem? Esta é a questão."

demanda em expansão, absorvendo no meio do caminho algumas empresas nacionais que preexistiam. Elas não comandaram o processo.

JE: *Por que a indústria automobilística fugiu a esse padrão?*

JUVENAL: Na primeira metade dos anos 50, não produzíamos automóveis e era quase proibitivo importá-los, pois estavam classificados na categoria de supérfluos. Tinham alíquotas iguais aos perfumes. Nós chegamos a ter a ilusão de que poderíamos encontrar uma brecha para manter algumas empresas nacionais no setor, como a FNM e a Wemag, mas isso não se confirmou. A Volkswagen, primeiro, a General Motors e a Ford, em seguida, apostaram e ganharam. Durante muitos anos, dividiram o mercado, impedindo até mesmo que outras multinacionais se estabelecessem. Depois a Fiat conseguiu entrar. Agora, com a

sa completa, com direção, planejamento, contabilidade, pesquisa, etc. No momento em que os estrangeiros assumem seu controle, eles desmontam a empresa e ficam só com a fábrica propriamente dita, que se transforma em uma filial sem autonomia. A empresa – que controla o negócio, monta a estratégia, faz desenvolvimento tecnológico e emprega trabalho qualificado – está lá fora. Assim, não há acréscimo na capacidade produtiva instalada no país e tende a produzir-se desemprego imediato. Mais adiante, ocorre uma pressão adicional sobre as contas externas, por causa da remessa de lucros, dividendos, royalties, pagamentos por assistência técnica, etc. O capital estrangeiro que cria capacidade nova e o que entra para comprar instalações já existentes, privadas ou estatais, são realidades diferentes. Nos últimos anos, infelizmente, temos tido muito mais casos desse último tipo.

JE: *Vocês trabalhavam sob permanente constrangimento cambial. Nos últimos anos, houve quem defendesse que esse era um problema do passado, pois haveria liquidez abundante no sistema internacional. Assim, não teríamos problemas para financiar déficits na conta-corrente do balanço de pagamentos...*

JUVENAL: Quem aposta numa liquidez internacional indefinidamente disponível acaba viciando a economia. Ela fica sem desafios, pois, no curto prazo, há dinheiro fácil ao alcance da mão. Quem não se desafia acaba estagnado. Foi o que ocorreu com o Brasil. Pode-se lançar mão dessa estratégia para vencer uma etapa difícil, mas como solução de médio ou longo prazo é um suicídio. Tanto assim que, em setembro de 1998, o Brasil faliu, e o ministro Malan teve que tomar um avião de madrugada para pedir socorro em Washington. Essa situação limita enormemente nossos graus de liberdade, pois ficamos impedidos de adotar quaisquer políticas que contrariem os interesses do sistema financeiro internacional. Aceitamos a condição de país periférico e sinalizamos ao mundo que não temos pretensões de sair da periferia.

JE: *Você falou em desafios. Nos anos 50, tudo era desafio. Além dos inevitáveis, vocês ainda inventaram outros, como construir Brasília. Hoje, no entanto, trata-se apenas de não fazer marola, para que nos mantenhemos à tona. Tudo esbarra nas possíveis reações do sistema financeiro internacional. Nosso horizonte se apequena. A seu ver, qual seria um grande desafio atual?*

JUVENAL: Tornar o Brasil superavitário na conta-corrente do balanço de pagamentos. Isso é condição para que recuperemos maiores graus de liberdade em todas as outras frentes, pois do jeito que estão nossas contas externas não temos nenhuma capacidade autônoma de decisão. É de recuperar a soberania que se trata, antes de mais nada, para podermos pensar no resto. Precisamos perguntar claramente aos brasileiros: vocês querem uma nação ou não querem? Esta é a questão. Este

— ENTREVISTA —

seria um belo desafio para ser assumido por um partido nacional, popular e democrático, mas não vejo nenhum capaz de assumi-lo.

JE: Nem o PT?

JUVENAL: O PT precisa se convencer que é preciso fortalecer a nação e o Estado para fazer a cidadania avançar. Para isso, é preciso trabalhar mais e produzir mais. O PT seria uma peça fundamental para montar o grande mutirão nacional que um dia vamos ter que fazer para retomarmos nossa soberania

JE: Parece haver alguma circularidade no seu desafio. Por ter-se tornado tão deficitário em conta-corrente, o Brasil necessita hoje de um fluxo permanente de financiamento externo, o que estrangula sua autonomia decisória. Por isso, precisa tornar-se superavitário. Mas, para isso, teria que tomar decisões que contrariam os interesses dos seus financiadores. Como sair desse impasse? De certa forma, a cobra já não mordeu o rabo?

JUVENAL: As decisões necessárias contrariam interesses de alguns dos nossos credores, não de todos. No momento em que você sinaliza com firmeza que vai marchar para equilibrar as transações correntes, sua credibilidade aumenta enormemente, até porque esta é uma condição para que a médio prazo você possa honrar seus compromissos. Um Brasil superavitário pode dar garantias mui-

to maiores aos seus credores. E pode dizer: "Aceito empréstimos, a juros normais de mercado, para financiar meu desenvolvimento. Não preciso tapar rombos."

JE: A questão permanece: para fazer essa transição, precisaríamos ter um grau de autonomia decisória que, em grande parte por causa do déficit, não temos mais...

JUVENAL: Não temos porque nos acovardamos. A equipe que está no comando da atual política econômica – melhor seria dizer, da atual "não-política" econômica – perdeu a capacidade de comando. Vai a reboque. Não é capaz de tomar as decisões que se impõem. Quem baixou a Instrução 70 da Sumoc, a que me referi, foi Oswaldo Aranha. Não era economista. Era político, estadista. Assumi o Ministério da Fazenda em um momento complicado e agiu, correndo os riscos inerentes à sua decisão. A política econômica não deve ser decidida por economistas. Eles devem assessorar. Talvez o grande erro que se esteja cometendo no Brasil seja entregar a política econômica aos economistas... Até porque não se trata de tomar uma decisão econômica, *stricto sensu*, mas antes de tudo uma decisão política.

Se decidíssemos coerentemente na direção de procurar o equilíbrio das contas externas, a OMC e os países ricos poderiam reclamar, mas manteríamos amplo espaço interna-

cional de negociação, pois os credores perceberiam que a médio prazo esta é a maior garantia que podemos lhes dar. Hoje, como não oferecemos nenhuma perspectiva a ninguém, temos que nos conformar a pagar juros escorchantes.

JE: O que você quer dizer com "decidir coerentemente"?

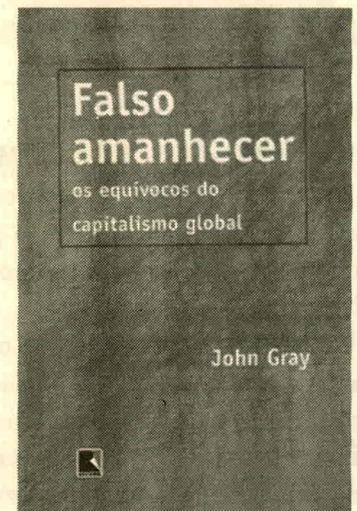
JUVENAL: Essa decisão exige outras, encadeadas. Temos, por exemplo, que produzir mais, para substituir importações e para sobrar mais para exportar. Isso exige um mutirão. Com o estoque de capital instalado, podemos produzir 20% ou 25% a mais sem grande dificuldade. Isso faria crescer a receita tributária e permitiria baixar os juros, pois o aumento da produção poderia compensar um eventual aumento da demanda.

JE: Qual a principal diferença entre ser economista em 1950 e ser economista no ano 2000?

JUVENAL: A profissão mudou, no Brasil e no mundo. Há cinquenta anos, o economista, antes de mais nada, era treinado para administrar os ciclos econômicos e, depois, para planejar o desenvolvimento. Hoje, faz principalmente administração financeira, no setor público ou no privado. É uma grande diferença. Poucos pensam o país como um todo. É dramático, pois o Brasil carece de desenvolvimento.

LIVROS COM DESCONTO

A Editora Record está oferecendo os livros abaixo, com desconto de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia – RJ. Trata-se de um convênio firmado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria com intuito de ofertar obras com vantagens e permitir acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a formação dos economistas.



Falso Amanhecer,
John Gray
De R\$ 25,00 Por R\$ 17,50

- *A Corrosão do Caráter* – Richard Sennet. De R\$ 25,00 por R\$ 17,50.
- *A Terceira Via* – Anthony Giddens. De R\$ 25,00 por R\$ 17,50.
- *Aspectos Morais do Crescimento Econômico* – Barrington Moore Jr. – De R\$ 25,00 por R\$ 17,50.
- *Destruição Não Criadora* – Memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada – Maria da Conceição Tavares – De R\$ 25 por R\$ 17,50.
- *O Tributo do Tempo* – Luiz Roberto Nascimento Silva – De R\$ 12,00 por R\$ 8,40.
- *Chairman* – *O Novo Brasil e as Multinacionais* – Getulio Bittencourt – De R\$ 25,00 por R\$ 17,50.
- *A Idéia de Decadência na História Ocidental* – Arthur Herman – De 56,00 por R\$ 39,20.
- *Inimigos do Futuro* – Kirkpatrick Sale – De R\$ 30,00 por R\$ 21,00.
- *O Livro Negro do Capitalismo* – Organizado por Gilles Perrault – De R\$ 45,00 por R\$ 31,50.
- *O Mercado Futuro e de Opções* – Octavio Bessada – De R\$ 14,00 por R\$ 9,80.

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ. Horário de funcionamento: segundas, quartas e sextas, das 12h às 18h; terças e quintas, das 11h às 17h. Telefone: (21) 232-8178

— COFECON —

COFECON REALIZA VÍDEO SOBRE DESEMPREGO

A Comissão de Política Econômica do Cofecon distribuiu aos Conselhos Regionais de todo o país, o vídeo com o tema "Desemprego: avaliação e alternativas". A intenção do Cofecon é que os Conselhos, através da divulgação desse material, consigam estimular o debate sobre o problema em todas as regiões do país. Desemprego também foi tema da Campanha da Fraternidade no ano de 1999, realizada pela CNBB, que recebeu cópia do material como colaboração dos economistas à reflexão realizada pela Campanha.

Este é o primeiro vídeo de uma série de outros projetos que o Cofecon pretende realizar, na mesma linha de abordagem. O presente material tem duração de 40 minutos. O entrevistado é Márcio Pochmann, economista e professor da Unicamp.

Realização: Cofecon • Apoio: Sindicato dos Engenheiros do RJ

Mais informações: Home-page: www.cofecon.org.br • E-mail: cofecon@cofecon.org.br



ENTREVISTA



JORNAL DOS ECONOMISTAS: Como você vê a proposta do governo de alterar a legislação para aumentar a flexibilidade do mercado de trabalho?

CLÁUDIO SALM: Estamos longe de ter respostas claras para o conjunto de questões relacionadas com esse tema. A flexibilização contribui, de fato, para elevar a competitividade de uma economia aberta? Qual seu impacto sobre o mercado de trabalho? A qualidade do emprego melhora? As desigualdades sociais diminuem? Faltam análises sérias e estudos empíricos sobre isso tudo. Há, no entanto, precedentes em outros países. A Argentina, por exemplo, implementou em 1995 reformas do mesmo tipo das que o governo brasileiro pretende fazer. O motivo alegado também foi o mesmo: criar empregos. Não deu certo. O desemprego nunca foi tão elevado por lá. Alguns dizem que no Chile se obteve sucesso, mas Ricardo Lagos acaba de ser eleito presidente do país prometendo justamente prosseguir na reversão dessas reformas, promovidas por Augusto Pinochet na década de 1970.

JE: A que você atribui o crescimento do desemprego?

SALM: Não creio que ele decorra principalmente nem da legislação trabalhista nem da chamada Terceira Revolução Industrial, mas sim dos sucessivos desastres econômicos e da nossa subsequente subordinação ao projeto neoliberal. Com a redemocratização do país, o movimento sindical se fortaleceu, mas tivemos, em paralelo, crises externas e estagnação da economia. Isso não se resol-

ve com mudanças na legislação trabalhista.

Como já disse Arturo Bronstein, da Organização Internacional do Trabalho, estamos diante de um debate falso, irrelevante, ideológico, uma simples transposição de um debate europeu para realidades completamente diferentes. Na Europa talvez fizesse algum sentido falar em rigidez do mercado de trabalho e considerar esse fator como um elemento inibidor dos investimentos, da produtividade e da competitividade. Aqui, com certeza, isso não ocorre. A mão-de-obra é muito barata e o custo da demissão é baixo. Por isso, aliás,

"Definir que acordos entre trabalhadores e patrões devem prevalecer sobre o que a legislação prevê só faria algum sentido se o poder de negociação dos segmentos mais vulneráveis aumentasse dramaticamente. Não é esta a nossa realidade. A injustiça e a informalidade serão legalizadas."

temos uma das maiores taxas de rotatividade do mundo. Nossa legislação já é muito flexível. O FGTS, introduzido em 1966, facilitou enormemente as demissões.

JE: Então, quem pressiona por mais flexibilidade?

SALM: Os setores mais retrógrados. As multinacionais não vêem problemas em nossas legislações trabalhista e sindical. A única rigidez que elas identificavam dizia respeito à jornada de trabalho. Hoje, com a adoção do banco de horas, isso está superado, com perdas para os trabalhadores quanto ao pagamento de horas-extras.

Fim da Era Vargas, começo de quê?

O governo anunciou que prepara nova proposta de legislação trabalhista, "mais flexível", tendo em vista incentivar o emprego e dinamizar a economia. Se o projeto vingar, direitos que já se incorporaram às relações formais de trabalho – como férias, décimo terceiro salário e outros – podem ser revistos. Cláudio Salm, pesquisador do Instituto de Economia da UFRJ, comenta para o *Jornal dos Economistas* as medidas anunciadas.

JE: Que impacto a proposta do governo poderá ter sobre a retomada do crescimento econômico?

SALM: As evidências empíricas permitem que se associe maior flexibilidade do mercado de trabalho e aumento da desigualdade social, mas não permitem nenhuma associação com maior dinamismo econômico. Ao contrário. Até 1980 crescemos com rapidez e simultaneamente fomos aumentando a cobertura da legislação trabalhista. Nas duas últimas décadas, marcadas pela estagnação, aumentou sem parar a informalidade, que é a flexibilização levada ao extremo.

JE: O governo diz que é necessário adaptar a lei ao funcionamento do mercado...

SALM: Isso não faz sentido. Qualquer proteção trabalhista, feita através de leis ou de acordos coletivos, busca justamente se contrapor às injustiças que o mercado produz. Seu objetivo básico é garantir um mínimo para quem não tem como se defender no livre jogo de mercado. Se a legislação for reformada para adequar-se ao que o mercado deseja, para que legislar?

JE: Você é contra qualquer modificação na legislação?

SALM: Não. É preciso fazer uma distinção conceitual importante, porém pouco explorada. Uma coisa é flexibilizar a legislação trabalhista para dar conta da nova configuração, mais diversificada, das situações ocupacionais. A abertura comercial, as mudanças na organização da produção e a difusão de novas tecnologias criaram algumas realidades que antes inexistiam. A meu ver, os sindicatos de trabalhadores não devem se opor a discutir adaptações na legislação que levem em conta as novas situações. Jornadas semanais mais flexíveis, desde que se mantenha uma média razoável de horas trabalhadas, contratos por tempo parcial ou regulamentação do trabalho a domicílio, por exemplo, devem ser negociados, até porque não representam necessariamente perda de direitos. Nesses casos, os sindicatos deverão estar atentos para que a introdução de novos tipos de contratos não aprofunde a desigualdade de tratamento, consolidando a separação dos trabalhadores em diferentes grupos,

JE: Como você analisa a idéia, defendida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, de que o Brasil precisa pôr fim à Era Vargas?

SALM: Como mais uma frase de efeito. Os sindicatos mais fortes, na prática, já vêm superando a Era Vargas desde o final da década de 1970. Agora, o governo que acabar com a legislação protetora de direitos individuais, mas o que vai colocar em seu lugar? Teremos direitos coletivos mais firmes, com fortalecimento dos sindicatos e das negociações coletivas? Ou simplesmente entregaremos os mais fracos às leis do mercado?

ENTREVISTA

uns com mais e outros com menos direitos.

Outra coisa, completamente diferente, é alterar a legislação trabalhista apenas para adaptá-la às heterogeneidades existentes, que não têm nada a ver com enfrentamento da concorrência externa em um contexto de reestruturação produtiva. A flexibilização com este objetivo é um retrocesso, pois consagra na lei a perda de direitos e a existência de trabalhadores de primeira e de segunda classes. Ela apenas abaixa os cus-

tos trabalhistas, principalmente nas atividades de baixa produtividade, que só conseguem gerar postos de trabalho de baixa qualidade, nos quais se pagam baixos salários. É a legalização da injustiça, da informalidade. O problema é que, na prática, não é fácil distinguir entre os dois tipos de flexibilização.

JE: *Você concorda com a idéia de que os acordos entre as partes devem prevalecer sobre a legislação?*

SALM: Depende, pois isso pode

ser uma mistificação. Só deve ocorrer, como aliás já está previsto na lei atual, quando o acordo for mais vantajoso para os trabalhadores do que o previsto na lei. Pois a lei determina o mínimo. Ela não proíbe acordos que acrescentem benefícios. A mudança que se propõe – ou seja, de que o acordado deve prevalecer sempre sobre o legislado – só faria algum sentido se o poder de negociação dos segmentos mais vulneráveis aumentasse dramaticamente. Não é esta a nossa realidade.

JORNAL

Contrato de promoção e participação

A *Gazeta Mercantil* deseja falar com os economistas. O objetivo é oferecer-lhes a assinatura do jornal com desconto, vantagem que foi obtida graças à parceria firmada entre o Corecon-RJ e a *Gazeta Mercantil S.A.*, em contrato assinado em 14 de setembro de 1998. Pelo que prevê esta parceria, o *Jornal dos Economistas* veicula, a partir deste número, encarte anunciando as assinaturas e autoriza a *Gazeta* a distribuir exemplares de propaganda em seus eventos.

Uma das contrapartidas do acordo prevê, ainda, que o Corecon-RJ repasse para a *Gazeta Mercantil*, os nomes e os telefones dos economistas registrados na entidade, para que a oferta seja feita diretamente aos interessados.

No entanto, para que seja respeitada a privacidade de cada um, o Corecon só cederá os nomes e telefones daqueles que a isso não se opuserem.

Se você não quer ser procurado por telefone pela *Gazeta Mercantil*, comunique-se com o Corecon-RJ e seu nome será retirado da lista.

Telefone: (21) 232-8178 – das 14 às 19 horas.

ADVOGADO DE PLANTÃO

NOVO DIA E HORÁRIO DO PLANTÃO

As entidades representativas dos economistas no Estado do Rio de Janeiro – Corecon-RJ, Sindecon e Ierj – oferecem assessoria jurídica a quem estiver quite com sua anuidade. O Dr. Carlos Boechat está à disposição dos economistas

Terças-feiras, de 16h às 18h

na sede do Sindicato (Rua Treze de Maio 23, grupo 1608, telefone (21) 262-2535) ou na sede do Corecon (Av. Rio Branco 109, 19º andar, telefone (0 xx 21) 232-8178, de forma alternada. Com este serviço, amplia-se o leque de atividades prestadas aos associados. Os profissionais poderão solicitar atendimento nas áreas trabalhista (reclamações, cautelares, recursos, análises em geral, causas previdenciárias) e administrativa: defesa, recursos e consultas em geral.

CONVÊNIO

A EDITORA PAZ E TERRA está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio realizado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas e títulos de abrangente importância para a nossa formação. Entre em contato com o Corecon-RJ (Biblioteca) para aproveitar os descontos oferecidos por uma editora nascida da resistência democrática que há 33 anos trabalha em defesa da liberdade, do pensamento e do direito ao diálogo.

A construção do Terceiro Mundo – Teorias do Subdesenvolvimento no Brasil e na Romênia, 643p., Joseph Love.

Preço com desconto: R\$ 25,20.

Os fluxos financeiros na América Latina – um Desafio ao Progresso, 284p., Ricardo Ffrench-Davis e Stephany Griffith-Jones (organizad.).

Preço com desconto: R\$ 18,90.

O Que é Globalização.

Preço com desconto: R\$ 21,00.

O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann, 346p., 6ª edição, Karl Max.

Preço com desconto: R\$ 17,50.

Após 1989 – Moral, Revolução e Sociedade Civil, 289p., Ralf Dahrendorf.

Preço com desconto: R\$ 16,10.

Terceiro Setor: Desenvolvimento Social Sustentado, 179p. Ruth Cardoso, Jeremy Rifkin, Rubem César Fernandes e outros.

Preço com desconto: R\$ 13,30.

Histórias Esquecidas da Ciência, 149p., Oliver Sacks, Jonatan Miller, Stephen Jay Gould, Daniel Kevles e R.C. Lewontim.

Preço com desconto: R\$ 10,50.

O Longo Amanhecer.

Preço com desconto: R\$ 9,80.

América Latina – Entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, 314p., Leslie Bethel e Ian Roxborough (organizadores).

Preço com desconto: R\$ 16,10.

Dialética Marxista, Dialética Hegeliana – a Produção Capitalista como Circulação Simples, 192p., Ruy Fausto.

Preço com desconto: R\$ 13,30.

CURSOS ANPEC

XIII Curso anual
de reciclagem
em teoria econômicaPreparatório ao concurso
de mestrado para Anpec

Promovido por Ierj/Corecon/
Cofecon - 80% de aprovação

Período: março a outubro de 2000
Local: Av. Rio Branco, 109
19º andar - Centro - RJ

Mais tempo de aulas pelo
menor preço!!!

Obs.: os alunos que se inscreverem
em dezembro contarão com até
30% de desconto na matrícula.

Informações:
tels. 232-8178 e 509-1077

CEPAL

Parceria facilita aquisição

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), uma das cinco comissões regionais da Organização das Nações Unidas, dentre seus vários objetivos, visa a compilar, avaliar e difundir informações econômicas e sociais. O Conselho Regional de Economia/RJ firmou convênio com essa instituição, para que os leitores interessados possam consultar o catálogo, disponível na Biblioteca Eginardo Pires, e/ou adquirir publicações. O dólar do mês corrente será informado na própria biblioteca, e as publicações que não estiverem imediatamente disponíveis serão solicitadas ao escritório da Cepal em Brasília, tel (0xx61) 321-7540 e 321-3232. Relacionamos, abaixo, alguns títulos:

- *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe* - 1998, 108p. U\$ 15,00.
- *Panorama de la inserción internacional* - 1998, 225p. U\$ 20,00.
- *El régimen de contratación petrolera de América Latina en la década de los noventa (Cuadernos de la Cepal, 84)*, 134p. U\$ 8,00.
- *La inversión extranjera en América Latina y el Caribe* - 1998, 289p. U\$ 15,00.
- *Temas y desafíos de las políticas de población en los años noventa en América Latina y el Caribe (Cuadernos de la Cepal, 83)*, 267p. U\$ 8,00.
- *Revista de la Cepal - Número 67 - Abril de 1999*, 191p. U\$ 15,00.

Horário de funcionamento da biblioteca: segundas, quartas e sextas das 12h às 18h, terças e quintas das 11h às 17h.

Enfim, uma revista que enxerga longe!

Rumos é uma revista de economia e negócios diferente. Seu espaço não é o curto prazo. Para ela, o presente é a base na qual se exercita o futuro. Sua preocupação central é o desenvolvimento. Mais do que isso: o desenvolvimento sustentado, aquele que alimenta a si mesmo. **Rumos** acredita nisso; não se trata de diferencial de venda. Até porque é difícil vender aquilo em que não se acredita. O Brasil tem andado excessivamente mergulhado nas agruras do curto prazo. **Rumos** não se fixa nele: parte dele em busca de soluções, de mais espaço, de novos horizontes. E procura fazer isso com clareza e bom gosto, porque quer ser vista, e lida, por todo mundo, não apenas por iniciados. Afinal,

desenvolvimento é direito e dever de todos, Estado e mercado. Venha para o clube dos leitores de **Rumos**: nele sempre tem espaço para quem quer alargar horizontes.

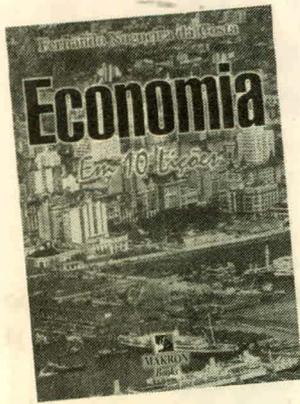
LEIA E ASSINE

Rumos

ECONOMIA & DESENVOLVIMENTO PARA OS NOVOS TEMPOS

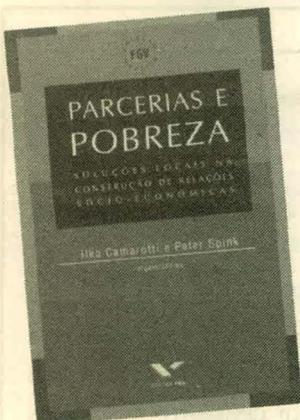
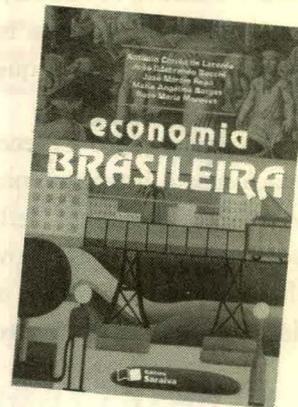
Rua São Bento, 9, 13º andar - Centro
Rio de Janeiro - RJ CEP 20090-010
Telefone: (021) 263.0817 - Fax: (021) 253.7831
E-mail: abderj@iis.com.br

- ABRE ASPAS -



ECONOMIA EM DEZ LIÇÕES, de Fernando Nogueira da Costa. São Paulo, Makron Books, 2000, 430p. O livro tem como público-alvo os que desejam começar a estudar economia e disciplinas afins, como administração de empresas, ciências contábeis, ciências políticas e sociais, direito e engenharia. Pretende ensinar a lógica da escolha racional, tal como ela é descrita pelas teorias econômicas. O autor adota a posição de um conselheiro, ou assessor econômico, do leitor, explicando modelos de decisão complexos e buscando ajudar o leitor a pensar o ambiente econômico em que está inserido. Além disso, pretende ser um guia introdutório ao conhecimento de economia para leigos, rompendo a incomunicabilidade entre especialistas e não-especialistas. Contato com a editora pelo telefone (11) 829-8604/820-6622 ou por e-mail: makron@books.com.br.

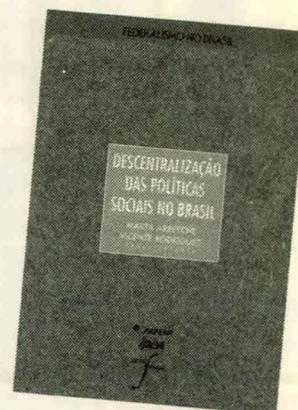
ECONOMIA BRASILEIRA, de José Márcio Rego e Rosa Maria Marques (orgs.), com artigos de Antônio Corrêa de Lacerda, João Ildebrando Bocchi, José Márcio Rego, Maria Angélica Borges e Rosa Maria Marques. Rio de Janeiro, Editora Saraiva, 2000. Livro introdutório, escrito com fins didáticos, que adota uma perspectiva histórica sobre as origens do (sub)desenvolvimento e as características fundamentais da evolução da economia brasileira, de sua situação atual e das perspectivas para o novo milênio. Aborda a história econômica do Brasil em duas grandes etapas: o período mercantil, até 1930, e o período industrial, de 1930 em diante. Divide-se em seis capítulos: Economia global, séculos XVI a XIX; Expansão cafeeira e origens da indústria; Processo de substituição de importações, da crise de 1930 ao II PND; Anos 1980, crise e inflação; Anos 1990, a modernização conservadora; e Um retrato do Brasil atual. Escrito por professores de diversas disciplinas - macroeconomia, história econômica, metodologia da economia, economia do trabalho e economia do setor público -, o livro ganhou uma abordagem rica e diferenciada. Contato com a editora pelo telefone (11) 861-3344.



PARCERIAS E POBREZA: SOLUÇÕES LOCAIS NA CONSTRUÇÃO DE RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS, de Ilka Camarotti e Peter Spink (orgs.). Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 152 p. Resultado de uma pesquisa de avaliação de projetos voltados para a redução da pobreza, o livro pretende mostrar como os mecanismos e ações administrativas contribuem para gerar desigualdade e exclusão social. Defende que as parcerias vêm se constituindo em um importante vetor de mudança e desenvolvimento social, mas chama a atenção para as dificuldades dessas experiências. Nem sempre as alianças percorrem caminhos tranquilos e são permeadas por negociações às vezes conflituosas. Contato com a editora por E-mail: editora@fgv.br.

FEDERALISMO NO BRASIL: DESCENTRALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS.

Organizadores: Marta Arretche e Vicente Rodrigues. São Paulo, Edições Fundap, 2000. A série "Federalismo no Brasil" é publicada desde 1995 pela Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap). Seu principal objetivo é reunir e divulgar os estudos da linha de pesquisa sobre o assunto que a Diretoria de Economia do Setor Público (Diesp), da Fundap, vem desenvolvendo desde 1993. A consolidação progressiva dessa linha é uma conquista importante, que expressa o acúmulo de conhecimentos gerados, as novas frentes de investigação abertas, o contato permanente com pesquisadores de outros Estados e países, e a amplitude que os temas ligados à Federação vêm alcançando no cenário nacional. Nesse processo, está sendo gerado material rico e inédito. Contato com a editora pelo E-mail: fundap@fundap.sp.gov.br.



PALAVRAS QUE MOVEM OS MERCADOS DO MUNDO: O EFEITO GREENSPAN, de David B. Sicilia e Jeffrey L. Cruikshank. Editora Makron Books. O livro resume o pensamento de Alan Greenspan sobre importantes questões econômicas e sociais e analisa de que forma ele influenciou e continua a influenciar os mercados financeiros do mundo. Contato com a editora pelo telefone (21) 205-1616.

LIVROS EM VENDA DIRETA

LANÇAMENTO

Maximilien de Robespierre

DISCURSOS E RELATÓRIOS NA CONVENÇÃO



Discursos e Relatórios na Convenção

204 páginas
Robespierre

Preço com desconto: R\$ 19,00

A Contraponto oferece seus livros, em venda direta, com descontos médios de 30% sobre os preços de capa aos economistas associados. Você receberá os livros em casa, pelo correio. As despesas postais já estão incluídas. Entre em contato conosco.

A Teoria da Relatividade Especial e Geral - 136 p.

Albert Einstein

Preço com desconto: R\$ 13,00

Crítica e Crise - 256 p.

Reinhart Koselleck

Preço com desconto: R\$ 21,00

500 anos de periferia - 168 p.

Samuel Pinheiro Guimarães

Preço com desconto: R\$ 14,00

História trágico-marítima - 540 p.

Bernardo Gomes de Brito (org.)

Preço com desconto: R\$ 28,00

O manifesto comunista - 150 anos depois

Daniel Aarão Reis (org.)

Preço com desconto: R\$ 13,00

A opção brasileira - 208 p.

César Benjamin e outros

Preço com desconto: R\$ 13,00

A sociedade do espetáculo - 240 p.

Guy Debord

Preço com desconto: R\$ 19,00

Um mapa da esquerda na Europa Ocidental - 284 p.

Org. Perry Anderson e Patrick Camiller

Preço com desconto: R\$ 22,00

Um mapa da ideologia - 338 p.

Adorno, Jameson, Bordieu, Lacan, Althusser e outros.

Org. Slavoj Zizek

Preço com desconto: R\$ 24,00

O longo século XX - 408 p.

Giovanni Arrighi

Prêmio "Distinguished Scholarship" da American Sociological Association - 1995

Preço com desconto: R\$ 24,00

CONTRAPONTO

Tel. / Fax (21) 259-4957

Caixa postal 56066

CEP 22292-970, Rio de Janeiro, RJ

Home-page: www.contrapontoeditora.com.br

— LANÇAMENTO —

Conselho Federal de Economia elege **novos dirigentes**

O Cofecon tem nova presidência. Eleitos em 11 de dezembro de 1999, Gustavo Adolfo de Castro Vasconcellos, de Minas Gerais, presidente, e Luiz Antônio Rodrigues Elias, do Rio de Janeiro, vice-presidente, vão dirigir a entidade no exercício de 2000. O Conselho Federal de Economia, em eleição anterior, já havia renovado parte dos conselheiros, cinco titulares e cinco suplentes, para o mandato de 2000 a 2002.

O novo presidente, em exercício desde 1º de janeiro deste ano, além de dar continuidade à gestão de Antonio Corrêa de Lacerda, promete empreender outras iniciativas como: fortalecimento das comissões temáticas; maior inserção do Cofecon junto aos Corecons visando maior aproximação com a categoria; ampliação do programa de atendimento aos profissionais com informações técnicas e orientações sobre oferta de serviços; e criação do Fundo de Pensão dos Economistas (já em estudo). Gustavo Vasconcellos afirmou que é muito importante traçar o perfil do economista, melhorar o ensino, fortalecer a categoria e criar novas oportunidades de trabalho.

O vice-presidente Luiz Antônio Elias entende que o Cofecon e os Corecons devem intensificar as parcerias com entidades como a Cepal, a Unctad e universidades e institutos de pesquisas nacionais e internacionais. Ressaltou também a necessidade de estreitar o relacionamento com a Ange e a Anpec e chamou a atenção para a importância do Simpósio Nacional de Conselhos de Economia (Since) que será realizado em agosto deste ano em Ouro Preto (MG). O trabalho das comissões foi outro aspecto ressaltado pelo novo vice-presidente, enfatizando a necessidade de cumprir metas e cronogramas previamente determinados, priorizando iniciativas voltadas sobretudo para o mercado de trabalho, o ensino de economia, o Fundo de Pensão da Caixa de Assistência, além de maior participação do Conselho Federal no debate de temas nacionais e internacionais.

COMUNICAÇÃO IMPORTANTE

ATENÇÃO ECONOMISTAS!

Prezados Economistas,

Desde 1997, mesmo com alguma dificuldade, vimos mantendo congelado em R\$ 124,00 (cento e vinte e quatro reais), o valor da **ANUIDADE DO CORECON/RJ**. Para o exercício de 2000, entretanto, com base na meta inflacionária fixada pelo governo federal e a deliberação da 523ª sessão plenária do Conselho Federal de Economia, estamos reajustando em 8% (oito por cento) o valor da anuidade. Além disto, com base em decisão tomada na mesma plenária, e com o objetivo de uniformizar a política de descontos praticados no Sistema Corecon, fixamos em 25% (vinte e cinco por cento) os descontos para os pagamentos efetuados durante o mês de janeiro e em 12,5% (doze e meio por cento) os descontos para os pagamentos efetuados durante o mês de fevereiro. Em contrapartida, na medida em que temos consciência da delicada situação financeira vivida pela categoria, principalmente no caso dos assalariados, estamos introduzindo a possibilidade do pagamento em 03 (três) parcelas, para aqueles economistas que venham a optar pela quitação de suas anuidades em março de 2000.

JORNAL DOS ECONOMISTAS
CORECON-RJ - SINDECON-RJ - IERJ

PORTE PAGO

DR/RJ

ISR 52.2246/86



IMPRESSO

Entregue aos Correios até 21.02.2000